

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA

CORPORAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DA EMPRESA  
MINERAÇÃO TABOCA

BOLSISTA: Alice Lucas de Souza Gomes

ORIENTADOR: Ricardo José Batista Nogueira

MANAUS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0094/2013

CORPORAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DA EMPRESA  
MINERAÇÃO TABOCA

MANAUS

2014

## LISTA DE FIGURAS

1. <b>Figura 01</b> Mapa de Localização da Vila do Pitinga_____	12
2. <b>Figura 02</b> Ranking da produção mundial de estanho_____	13
3. <b>Figura 03</b> Vila do Pitinga implantação dos núcleos habitacionais em fase de_	15
4. <b>Figura 04</b> Área de extração de estanho na Mina de Pitinga_____	20
5. <b>Figura 05: A:</b> Núcleo habitacional _____	21
<b>B:</b> Hospital de Pitinga_____	22
<b>C:</b> Clube da Vila de Pitinga_____	22
<b>D:</b> Igreja de Pitinga_____	22

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	<b>05</b>
<b>2. Justificativa</b>	<b>06</b>
<b>3. Metodologia</b>	<b>07</b>
<b>4. Objetivos</b>	<b>07</b>
<b>5. Fundamentação teórica</b>	<b>08</b>
<b>6. Resultados parciais</b>	<b>09</b>
<b>7. Conclusão</b>	<b>23</b>
<b>8. Referencias</b>	<b>24</b>
<b>9. Cronograma de atividades</b>	<b>25</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Gestão do Território como tema de pesquisa na Geografia tem início no Brasil nos anos 1990 como resultado da necessidade de compreender os arranjos espaciais promovidos por grandes corporações multinacionais. Ao mesmo tempo, passa-se a estudar os processos de gestão territorial promovido pelo Estado visando o ordenamento do território, tendo como princípio a busca dos equilíbrios espaciais, a redução das desigualdades regionais. A expansão da utilização do conceito e da prática de Gestão em substituição ao conceito e prática do Planejamento, é resultado de mudanças no próprio processo de atuação do Estado como principal agente ordenador do território. As fortes críticas tecidas ao poder de intervenção do Estado nas atividades produtivas após o fim do “bloco soviético” deram lugar mais às práticas de gestão, associadas ao curto prazo, e menos ao planejamento, associadas ao longo prazo SOUZA (2002).

Deve-se compreender que, em virtude das atividades claramente distintas entre Estado e Empresa, as formas de relacionamento de cada um destes agentes sociais serão diferenciadas. Para o primeiro, o atendimento a sociedade onde quer que ela esteja; para o segundo a busca do lucro, que não ocorre de maneira idêntica em todos os lugares. Neste sentido, a mobilidade espacial destes agentes apresenta diferenças que devem ser estudadas.

O conceito de Gestão do Território, segundo CORREA (1992), diz respeito a uma prática política de controle dos processos de produção e reprodução de uma sociedade. Estas práticas apresentam características básicas como: seletividade espacial: decisão por um determinado lugar em virtude de seus atributos naturais; fragmentação espacial: divisão do espaço em razão da intensificação da atuação da corporação; antecipação espacial: localização antecipada de uma unidade produtiva antes que condições favoráveis de localização tenham sido satisfeitas; e marginalidade espacial: abandono de lugares que anteriormente foram considerados atrativos. Desta maneira, uma empresa, principalmente, cujo objetivo final é a acumulação de capital, procurará localizar suas atividades em pontos selecionados do território que permitam a consecução de tal objetivo. Por outro lado, o Estado, operando em lógica distinta, deve prover ações em lugares cujo objetivo seja garantir a cidadania aos seus cidadãos.

## 2. JUSTIFICATIVA

As formas de organização produtiva no interior de uma sociedade são extremamente diversificadas e praticamente todas elas implicam numa ação sobre a natureza, fonte primeira do processo produtivo. A cada uma delas, formas específicas e lugares precisos para realizá-la. A agricultura possui suas exigências associadas, basicamente, a clima e solo; a indústria precisa de uma infra-estrutura que lhe assegure fluxos contínuos de recepção e expedição de mercadorias. Já a mineração é refém da localização natural das jazidas, fazendo com que os empreendimentos implantem-se onde elas estão. Além disso, outras condições são impostas como qualidade (pureza, teor) e quantidade dos minérios a serem extraídos; a profundidade em que se encontra, etc.

O recente processo de incorporação da Amazônia ao espaço nacional brasileiro exigiu um grande esforço do Estado com a implantação de infraestrutura rodoviária, energética, de comunicações e aeroportuárias. Isto viabilizou tanto a instalação de projetos de colonização como a instalação de grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos.

Será importante no desenvolvimento da pesquisa compreender o conceito de Redes Geográficas, desenvolvido por Correa(1997), quando o mesmo aponta que a formação das redes apresenta-se divididas em dimensão temporal, dimensão espacial e dimensão funcional. As empresas de mineração, pela própria condição imposta pela natureza da localização das jazidas, vivem um constante processo de itinerância, pois o esgotamento de um recurso num lugar força a mudança para outro.

Este processo foi devidamente analisado por Becker (1990) quando aponta as formas encontradas pelo Estado brasileiro e por empresas privadas na consolidação da fronteira amazônica, uma referência à ideia de Frederick Turner da expansão americana para o oeste. A mineração foi uma das atividades mais estimuladas, em vista do potencial existente na região. Diversas cidades na Amazônia tiveram seu perfil alterado em virtude da implantação destes projetos. Monte Dourado, Carajás, Marabá, e outras passaram por mudanças rápidas e significativas. Neste trabalho pretende-se averiguar como uma empresa do setor de mineração organiza sua atividade de exploração, distribuindo por diversos lugares parcelas dos processos produtivos, desde extração até a gestão administrativa. A empresa Mineração Taboca atua na extração do minério de cassiterita desde a década de 1980, no município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas. O município teve seu desbravamento e desenvolvimento fortemente vinculado à empresa, porém com a emergente questão ambiental, a atividade mineradora tem sido observada com mais atenção pela sociedade em virtude das marcas deixadas no processo de exploração, áreas degradadas, teor radioativo, poluição sonora e mobilização de transportes pesados. Em função da gestão do território realizada pela mineradora na região, serão investigados nesta pesquisa, características como lavra, legislação em curso, distribuição, que implica o processo de beneficiamento e transporte, e, a comercialização, dispersando o produto final para o mercado.

### **3. MÉTODOLOGIA**

A pesquisa consiste em levantamento bibliográfico acerca do tema em livros especializados, relatórios das agências e órgãos estatais que regulam e controlam a atuação da mineradora. Do mesmo modo também foram realizados campos a área de extração da empresa identificando práticas inerentes a sistema de gestão da empresa. A vida útil das jazidas da área em atividade, comercialização do minério com registro fotográfico autorizado, consulta à empresa. Todos os dados levantados estão foram utilizados como objetos de descrição e análise para a composição deste.

### **4. OBJETIVOS**

#### **4.1 Geral:**

- Compreender as formas de organização espacial de uma corporação empresarial do setor de mineração.

#### **4.2Específicos:**

- Identificar a distribuição espacial das atividades realizadas pela empresa;
- Caracterizar os circuitos espaciais da produção da Caracterizar os circuitos espaciais da produção da empresa;
- Descrever as relações estabelecidas pela empresa nos locais onde ela se implanta.

## 5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Argila, ferro, alumínio, estanho, ouro, prata, mercúrio, granito e uma infinita diversidade mineral estão presentes a todo instante em nosso cotidiano. Qualquer objeto possui um componente mineral. Assim, para regulamentar a extração destes minerais, os Estados nacionais, definem normas para a efetivação desta atividade. Devemos compreender a mineração como uma atividade que acompanha a história da humanidade, que é uma marca distintiva da relação Homem-Natureza, quando este sempre retirou daquela os meios fundamentais para a sua sobrevivência, proteção e reprodução. Desde a rústica invenção da ponta de lança de sílex até as grandes escavações realizadas na epiderme da Terra ou nas profundezas do oceano, o Homem minera. Do garimpeiro isolado ou em pequenos grupos, faiscando a Terra, até as grandes corporações, todos têm uma participação na exploração mineral para gerar, através dos avanços técnicos, maiores amenidades a humanidade. Em vista disso, a nova proposição pretende não só atualizar o quadro real de gestores do espaço que abriga a atividade como também analisar a atuação de inúmeros interesses, dos mais diversos grupos envolvidos na mesma, desde as grandes corporações mineiras, passando por entidades ambientais, grupos indígenas, além da própria discussão sobre os lugares, áreas destinadas à mineração. É exatamente a partir deste recorte que a Geografia pode dar a sua contribuição, uma vez que os conceitos por ela trabalhados, como Território, Paisagem, Natureza, Política Territorial, etc permitem uma maior aproximação ao problema assim como propor alternativas às mais variadas formas de uso do território em diversas escalas, muito embora saibamos que no presente momento torna-se difícil o isolamento do Estado Nacional, pois esta entidade territorial estatal num mundo cada vez mais integrado, onde a escala privilegiada é composta pelas grandes corporações multinacionais. Foram os diversos conflitos no interior desta atividade envolvendo as grandes empresas entre si; entre elas e os pequenos habitantes da região amazônica; entre estes pequenos agricultores e os grupos indígenas; além da pressão dos grupos ambientalistas cobrando menor impacto e recuperação das áreas em exploração, que exigiram do Estado uma nova posição com relação ao uso do território para a mineração e que, ao mesmo tempo, nos estimula o desenvolvimento deste projeto. Na região amazônica, também por diversas questões, como proteção ambiental, mineração em terras indígenas, a mineração ganha grande visibilidade e gera polemias constantes. Acreditamos que a discussão teórica apontada por Santos (1996) a propósito do uso do Território, as normas sobre ele e as relações entre o Mundo e o Lugar, permitem uma reflexão inicial sobre o uso dos recursos e os interesses divergentes sobre ele. As normas são mediações entre as práticas humanas, aqui representadas pela corporação Mineração Taboca e os objetos naturais. Estas podem ser consuetudinárias ou juridicamente definidas, do mesmo modo que são classificadas em função de sua escala (p.182-3). As relações entre as normas e o território são explicitadas através do conteúdo técnico que ele abriga, diferenciando-os. É por isso que “normas gerais são diversamente eficazes, segundo os lugares, pois o conteúdo técnico e informacional de cada área tem um papel fundamental no comportamento dos agentes” (p.184). Assim regula-se e controla-se um território.



## **6. RESULTADOS PARCIAIS**

### **6.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Ainda que se entenda por gestão um conjunto de prática que visam um determinado planejamento, não é de objetivo deste, relatar um mero padrão administrativo e gerenciamento de determinada empresa, apesar destes padrões subsidiarem a compreensão de diversas praticas, os mesmos embora fundamentais não se fazem suficientes na elaboração desse saber complexo, firmado na racionalidade e progresso técnico-científico.

Em sua totalidade essa prática é resultado do acúmulo da experiência, estabelecendo assim relações de domínio, podendo apresentar-se em diferentes escalas temporais e espaciais nas mais variadas proporções.

No processo de desenvolvimento dessa prática é comum, porém admirável a velocidade e a flexibilidade de adaptações a qual a mesma está propensa, essas variáveis e a agilidade proporcionada por ambas está diretamente associado à mudanças operacionais exigidas por conta de interesses hegemônicos dos atuais quadros políticos e econômicos. Embora uma série de atores contribuam simultaneamente para execução dessa complexa prática, a gestão no contexto aqui discutido, trata-se de uma referência à dinâmica e articulação da iniciativa privada, considerando o modo com o qual a mesma firma relações com as singularidades presentes no cenário da atividade mineradora em virtude de sua execução e reprodução.

A gestão aqui discutida, tem seu conceito fortemente vinculado à uma lógica econômica, que configura uma rede produtivista de escala global na qual estão inclusos diversos segmentos da sociedade, podendo esses trabalhadores de uma mina ou cidades nessa gigante rede de atuação.

### **6.2 TERRITÓRIO**

Como garantia de sua sobrevivência, o homem tem a necessidade de fixar-se à um solo, as relações estabelecidas com esta determinada porção do espaço como reconhecimento, sentimentos de pertencimento e identidade configuram uma forma de conhecimento, o “espaço vivido” pautado na experiência acumulada, no entanto a maior característica imputada ao mesmo estão nas práticas de poder, uma vez que os

mecanismos de apropriação, uso, defesa e controle efetivados por agentes públicos e privados implicam na categoria geográfica *Território*.

A construção dos direitos nacionais, pautou-se na delimitação das fronteiras políticas dos Estados territoriais, após essa delimitação o Estado passou a ser considerado detentor legítimo da produção de normas, cabendo a ele o desenvolvimento das mesmas, auxiliadas por uma série de fundamentos que estabelecem contatos diretos com a ciência geográfica, podemos tomar como exemplo conceitos chaves como território nacional, federação, propriedade fundiária, regulação entre outros.

As complexas relações internacionais ampliadas exponencialmente nos últimos 30 anos, com acentuado desenvolvimento nos campos da comunicação e da informação, vem traçando novas formas de ação por parte do Estado. Porém, outros agentes preponderantes no espaço como as grandes corporações e outras instituições como as ONGs (organização não governamentais), auxiliados por esses mecanismos acabam por interferir diretamente no modo de produção dos fundamentos jurídicos de cada país, esse fenômeno vem pressionando então o modo de regulação das formações socioespaciais, ou seja, uso e controle do território. O território no Ocidente passa assim ser regulado pelo Estado, por corporações e pelas instituições civis não estatais sobretudo aqueles de alcance global, pois a indústria moderna tomou proporções incalculáveis, à medida que tornou necessária, as mudanças nas escalas produtivas, ampliando a utilização do suporte espacial em seu domínio, nas mais complexas formas de organização. Essas práticas de poder apresentam uma característica comum, a compartimentação espacial. As parcelas resultantes desse processo correspondem então a um mosaico oriundo da instrumentalização do espaço, atendendo as relações de dominação que configura deste modo uma territorialização do capital.

A compreensão desse processo demanda uma análise mais abrangente uma vez que a multiplicidade de agentes produtores de normas tem delimitado novos contextos geográficos, o mesmo deve ser considerado ainda mais especial quando esses agentes não vinculados ao Estado apresentam o poder de introduzir ao território uma juridicidade particular, não apenas influenciando, mas detendo o controle sobre o ele, anunciando o fim do monopólio do Estado e relativizando a soberania nacional. Organizações sociais bem estruturadas com ação local, regional, nacional e internacional, são exemplos evidentes dessa nova hegemonia, colocando para nós geógrafos uma complexa problemática acerca da antiga premissa da soberania do Estado.

### 6.3 PRÁTICAS ESPACIAIS:

Tudo em geografia começa em prática e se resolve nas práticas espaciais MOREIRA (2009), as práticas são o resultado das ações humanas que ocorrem no campo das relações homem-meio. A prática inicia-se pelas ações do homem em busca de meios de sobrevivência. Aos poucos a própria prática em continuidade desenvolve no homem a distinção geográfica. Lugares mais apropriados para sobrevivência, singularidades destes e suas possibilidades diante dos mesmos são resultados deste senso comparativo, passando então a sistematizar o acúmulo de experiências obtido seguido de uma generalização dos mesmos, um conhecimento empírico transformado em saberes espaciais. O acúmulo desses saberes e práticas amplia a escala de comparações, sistematizações e generalização traçando assim uma complexa trajetória até o desenvolvimento da técnica, que por sua vez é sucessora do conhecimento científico.

Técnica e norma configuram duas categorias fundamentais para a análise dos processos territoriais e sociais na atualidade. A técnica não é apenas em uma lógica simplista, a força-trabalho, é modo pelo qual os homens se relacionam com a natureza, atribuindo à materialidade e intencionalidade condicionadora de ações. Técnica e norma são categorias fundamentais, porém não explicitadas quanto deveriam nesse conceito de território, mas que conferem uma operacionalidade para a análise de processos territoriais e sociais na atualidade uma vez que os obstáculos oriundos da natureza natural não podem por si próprios serem considerados produtores de normas para sua existência, ao contrário de um sistema de gênese antrópica que atribui sentido e regulamentação ao mesmo. Essa relação entre regulador e objeto que pode ser compreendida parcialmente a partir papel da técnica e normal para um sistema de gestão de uma parcela do espaço, o território.

### 6.4 MINERAÇÃO TABOCA

A atuação da Mineração Taboca S.A empresa aqui em questão, refere-se, a uma relação de poder com o meio, à medida que se avançam os estudos quanto a sua organização, o modelo apresentado pela mesma parece não oferecer dúvidas quanto à isso. Seus montantes de capital fixo e sua organização em rede que ambiciona o controle físico do território, mobilizam-se com finalidades econômicas, em elevado

patamar de Gestão sediada no exterior, organizando o mesmo, de modo que visa adequá-lo a seus interesses.



Figura 01: Mapa de Localização da Vila do Pitinga e área da Mineração Taboca;  
Fonte: Internet;

A mineradora fundada em 1969, é pioneira na extração e metalurgia de estanho no Brasil, após sua exploração iniciada na década de 1980, com a descoberta do depósito no rio Pitinga, localizado a 300 km de Manaus, a mesma consolidou-se como uma das mais importantes do país no setor mineral em geral e no mundo na mineração de estanho. No final da década de 1990, o Brasil ocupava a posição de quarto maior produtor de estanho em concentrado, atrás somente da China, Indonésia e o Peru. Líder da produção de estanho no Brasil, o Grupo Paranapanema já com ênfase em negócios na produção de metais não-ferrosos, principalmente cobre, zinco e estanho, passou a atuar por intermédio de três grandes divisões: Mamoré Mineração e Metalurgia Ltda, Eluma S/A Indústria e Comércio e Caraíba Metais S/A. A Mamoré Mineração, iniciou nos anos de 1970 as atividades de mineração e metalurgia extrativa e a partir de 1977 a empresa deu prioridade à industrialização e ao comércio de estanho, associando-se à Paranapanema envolvida na pesquisa e lavra de estanho na Amazônia. Com a incorporação da Mamoré ao Grupo Paranapanema, o mesmo passou a ser responsável pelas atividades de exploração mineral e metalurgia extrativa, enquanto a Mineração

Taboca S/A executava a pesquisa e a lavra de cassiterita o minério de estanho, tendo Pitinga (AM) sua principal mina, a Mamoré Mineração e Metalurgia Ltda transforma o concentrado de estanho em metal refinado, no município de Pirapora de Bom Jesus (SP). As minas de Pitinga e Bom Futuro (RO) são lavradas a céu aberto. Na fundição da Mamoré (SP), o concentrado é produzido em estanho metálico ou anodos, as empresas controladoras do segmento estanífero atuam nos mercados interno e externo, dessa forma no ano de 2002, o Grupo Paranapanema chegou a fazer parte do grupo das nove maiores empresas produtoras de estanho metálico no mundo.

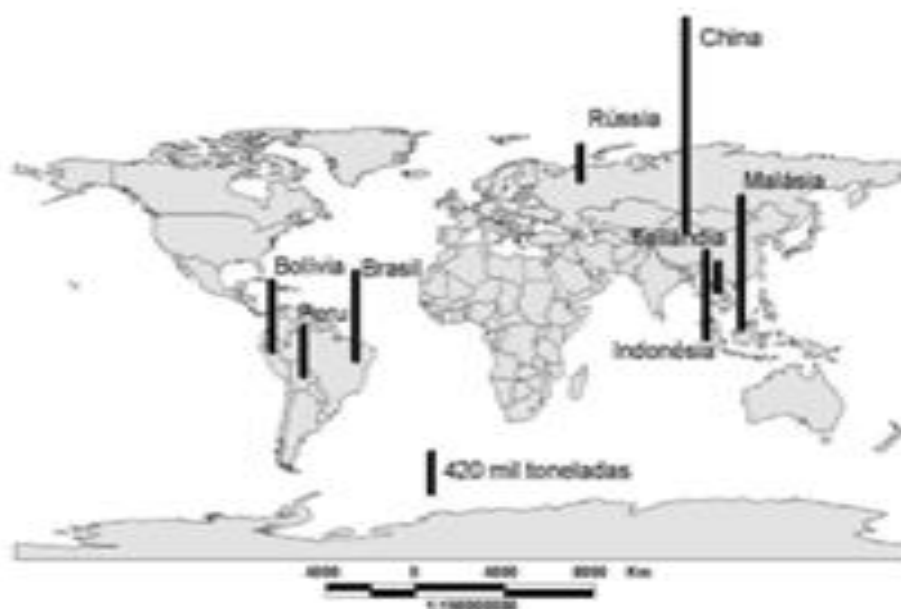


Figura 02: Ranking da produção mundial de estanho e localização da mineração;  
Fonte: Internet;

Em média, mais de 95% das exportações totais que ocorreram no período do ano de 1995 a 2000 gozaram de incentivo fiscal de redução de impostos indiretos que ocorreu até o ano de 2013, outorgado pelo Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM). No entanto o setor de estanho, sofreu prejuízos catastróficos, afetado pela redução do concentrado de estanho em virtude da exaustão das reservas e dos efeitos desfavoráveis dos preços do metal, além da desvalorização cambial ocorrida em 2002. A crise do estanho foi ocasionada pela queda dos preços do metal, o mesmo na década de 1980, era cotado na Bolsa de Metais de Londres a um preço quase quatro vezes superior ao atual, essa queda é decorrente de uma super oferta global de metal,

principalmente por parte dos países asiáticos China, Tailândia e Malásia, e também a substituição do estanho por outros materiais em embalagens de alto consumo.

Na década de 1970 após o início das obras para construção hidrelétrica Balbina no rio Uatumã, no ano de 1982, quando as obras da mesma já estavam adiantadas foi iniciado um processo de desapropriação de uma extensa área que abrange o então projetado reservatório da UHE Balbina e a sua área de influência, que atingiu toda a rede hídrica do rio Uatumã e Igarapé Santo Antônio do Abonari. No mesmo ano, a Paranapanema, antiga empresa de caráter inicialmente familiar que deu origem realizou estudos cartográficos pela região, estes mudaram o curso superior do rio Uatumã para o sudoeste e nomearam o antigo alto rio Uatumã como Pitinga, com a finalidade de legalizar o desmembramento de uma área de aproximadamente 526.800 hectares da então Reserva Indígena Waimiri-Atroari. Essa reserva foi redefinida pelo Decreto Presidencial No.86.630 de 23.11.81, desmembrando justamente a área previamente invadida pelo Grupo Paranapanema juntamente com uma vasta extensão do território indígena a ser inundada posteriormente pelo reservatório da UHE Balbina.

Segundo CORREA (1985) relações de informais de poder que assim se elaboram, estão propensas a situações de conflitos, ante a ameaças de desenraizamento e de deslocamento espacial forçado dos habitantes, movido por interesses hegemônicos extra regionais. A resistência a tais injunções pode constituir-se por algum motivo do reforço de uma consciência territorial, que muitas das vezes retém o direito a permanência em determinado território, seja pela conquista do lugar, seja pelo potencial político que o faz emergir, uma vez que o conceito de Território está vinculado a ideia de recortes espaciais, que envolvem áreas geográficas específicas, representadas por parcelas deste ou domínios territorializados, correspondendo a um produto da prática.

Cerca de 311 km<sup>2</sup> de toda área inundada estão dentro do território que foi demarcado para os Waimiri-Atroari depois do desmembramento de 1981. Todos os afluentes dos rios Uatumã e Abonari tornaram-se inabitáveis. A FUNAI juntamente com outras instituições realizou o deslocamento dos aldeamentos dos índios, porém esse processo ocorreu de forma tardia, uma vez que ocorreram pouco antes que as comportas da UHE Balbina fossem fechadas em outubro de 1986. Em Abril do mesmo ano, ou seja, faltando apenas sete meses para o represamento do rio não existia nenhum plano que tratasse do futuro dos grupos habitantes da área. Alguns dos problemas do

deslocamento dos grupos para essa nova área, era que a mesma já havia sido pré ocupada, pela Paranapanema que reservara a mesma para suas futuras instalações, na qual já desenvolvia diversas pesquisas. Por conta disso, as consequências sociais foram ainda mais catastróficas resultando em uma enorme queda na população indígena. Diversas pesquisas antropológicas revelam que os deslocamentos dos Waimiri- Atoari fazem parte de um plano de controle que a administração da mineradora exerce sobre os índios. Sua atuação indigenista encaixa-se nos padrões apontados pelos diversos projetos existentes para a região da Amazônia, demonstrando estreitos laços com a política desenvolvimentista do Estado, estando essa articulada com os interesses de grandes empresas estatais e privadas. Um fato que pode ser constatado pelos próprios Termos de Compromisso assinados entre 1986 e 1989, entre a corporação e alguns representantes dos índios Waimiri- Atoari, de maneira desigual, favorecendo a empresa com declarações que concedem a ela à exploração mineral exclusiva em toda a área indígena dos Waimiri-Atoari. No entanto, algumas décadas depois, esses termos foram invalidados, após uma forte pressão sobre a Mineradora, mas essa mudança na política da empresa, é de fato devida a uma recente tendência entre empresas estatais e privadas de criar uma retórica de preocupação ambiental e ecológica para os projetos de desenvolvimento de grande escala na região.



Figura 03: Vila do Pitanga em fase de implantação dos núcleos habitacionais;  
Fonte: Internet

## 6.5 ORGANIZAÇÃO EM REDE

A manifestação no sentido de colonização no Brasil, é caracterizada inicialmente por um desequilíbrio entre litoral e interior PRADO JR. (1972). Este fato se deu por conta do inicial caráter da colonização e decorrente da preferência por “terras férteis”. A penetração para o interior se iniciaria somente na primeira metade do século XVII, quando acontece a descoberta do ouro em Minas Gerais. Um destaque acentuado é dado à mineração como importante prática de exploração, ocupação e integração do território, promovendo ainda a instalação de fazendas decorrentes do desbravamento iniciado pela atividade mineradora. Incontáveis processos de ocupação no país foram impulsionados pela implantação da prática mineira, diversas cidades têm sua gênese diretamente ligadas à busca pelas pedras e metais preciosos. As cidades de Ouro Preto, Carajás entre outras configuram exemplos explícitos desse processo. No Amazonas o município de Presidente Figueiredo também teve seu desbravamento e ocupação vinculados à instalação da Mineração Taboca, pois um elemento fundamental e característico das organizações econômicas presente na mineração e na agricultura são os numerosos contingentes de trabalhadores concentrados em torno da unidade produtora que dá origem a grande concentração de riquezas.

Apesar da interiorização das atividades no país, o excedente econômico não permanece nas regiões de produção, o ouro de Minas Gerais era exportado para a Europa, e atualmente mesmo após o fim do período colonial, e o Brasil configurar-se como um estado independente, a indústria nacional encontra-se em um regime muito próximo ao colonial, semelhante ao mesmo em variados aspectos. Para compreendermos melhor este quadro é necessário que façamos uma análise das organizações em rede, em um modelo de estudo proposto por CORREA (2006).

A mundialização do capital é um fator primordial na compreensão das ligações das cidades e organização das mesmas, a ela pode ser atribuída as revoluções logísticas e fluxos das mercadorias, pessoas e informações, ao mesmo devemos também associar as atuais estruturas políticas voltadas para a eliminação das fronteiras e formação dos blocos econômicos. Esse processo impulsiona então a articulação de uma rede que se internacionaliza, movida pelo comércio a grandes distâncias, no desenvolvimento de cidades industriais próximas as fontes de matérias primas como é o caso de Trombetas e no presente estudo a Vila do Pitinga, as encruzilhadas das redes de transporte e



comunicação atreladas ao desenvolvimento da rede internacional e de uma indústria dividida espacialmente, porém integrada a organização.

A divisão internacional do trabalho entre regiões, é uma prática já mundializada, o que juntamente com o aparato tecnológico que amplia a capacidade produtiva e diferencia os pontos de articulação da rede. Como exemplo a este fenômeno o grupo peruano MINSUR, desde 2008 após a incorporação atual controlador da Mineração Taboca, se utiliza de diferentes locais para a extração e beneficiamento do Estanho, obedecendo muitas das vezes as singularidades dos lugares.

No caso do Brasil é importante ressaltar que a fundação e/ou a incorporação de cidades ligadas a mineração já “nascem” com possibilidades reais de serem incorporadas as redes, sendo que as tecnologias de comunicação estão no mercado, ademais a rede também se faz presente na locação de profissionais de uma determinada região para outra e nos maquinários entre outros equipamentos utilizados, ou seja, um lugar integrado à outro através da universalização da técnica, em um lento ou acelerado processo propiciado pelas redes globais.

A divisão territorial do trabalho é fundamental para a compreensão da rede urbana, ela implica na consideração de apropriação da natureza pela sociedade e a suas constantes transformações que se realizam com a constituição de formas espaciais das cidades e de suas articulações. As alterações do exemplo de rede urbana aqui pretendidos ocorrem de maneira hierárquica, ocasionando novos arranjos espaciais frutos das dinâmicas de apropriação e uso do Território, existem ainda as mudanças propícias da própria industrialização do meio natural e surgimento de outras fronteiras e da reorganização empresarial.

Para CORREA (2006) no bojo do processo de urbanização a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente, ou seja, fala-se em rede urbana quando houver uma economia de mercado. O mesmo coloca ainda a rede urbana como um reflexo dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais. As grandes corporações introduzem nos lugares atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos, diferenciações estas que condicionam novas ações, pois esse mosaico de cidades e campos de diferentes papéis implica em uma distribuição de ações concentradas. Algumas cidades recebem o papel

de intermediadoras, longe dos centros de decisões, sendo estes na maioria das vezes internacionais. No entanto, é necessário considerar que existem nos países subdesenvolvidos uma relativa autonomia regional na divisão territorial do trabalho, interesses internos com uma relativa dependência da metrópole nacional, essa por sua vez com uma certa autonomia na rede no cenário interno.

Analisando a organização do grupo MINSUR. Através das proposições de CORREA (1992) colocaremos em evidência como esta corporação produziu o seu espaço de atuação e as atribuições singulares feitas por ela a determinadas áreas e cidades, em um sistema de divisão territorial do trabalho. Um conjunto de sugerido por Roberto Lobato Correa no estudo de caso do grupo Souza cruz, servirá de base para compreensão da gestão do território da mineração Taboca. Entre essas práticas estão: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, marginalização espacial, antecipação espacial e reprodução da região, ambas podem ocorrer simultaneamente ou apresentarem-se de forma sequenciada em um caráter complementar.

## 6.6 SELETIVIDADE ESPACIAL

É comum o homem escolher por determinados lugares para sua sobrevivência, pois na sua organização espacial o homem age seletivamente segundo os atributos oferecidos por estes que se mostram interessantes na escolha humana. Tratando-se de uma atividade mineradora essa prática é primordial uma vez que é necessário considerar as particularidades dos lugares e singularidades impostas pela natureza, a proximidade da matéria prima é um dos atributos que pode implicar em uma localização seletiva. As pesquisas desenvolvidas pelas mineradoras em busca de novas jazidas são exemplos de seletividade espacial, pois os minérios são encontrados em sua maioria de forma isolada e variam de um lugar para outro fazendo com que o homem avalie e reavalie a sua viabilização para extração. A mineração Taboca possui uma complexa organização espacial resultado de uma série de seletivas abordagem dos lugares o qual a mesma atua. Para exemplo disso temos os municípios de Presidente Figueiredo (AM) onde encontra-se a área de exploração, sendo esta singular na localização da Cassiterita e Pirapora de Bom Jesus onde concentra-se o centro de beneficiamento Estanho. Os dois

lugares configuram um processo de seletividade espacial realizado pelo mineradora por conta das particularidades, atributos e vantagens por eles oferecidos.

## 6.7 FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E REMEMBRAMENTO

Segundo CORREA essa prática tem uma faceta temporal que nos remete a anterior na inicial escolha de lugares. No entanto essa pratica constitui-se de um processo de incorporação de novos lugares, estabelecendo cada vez mais áreas de atuação com menores funções por conta da divisão de serviços. A mineração Taboca exemplifica essa prática com o processo de incorporação da mina de Bom Futuro (RO) uma vez que anteriormente a extração era praticada somente na mina de Pitinga. Essa pratica é muito comum na atividade mineradora uma vez que diversas empresas estão sempre em busca de novos depósitos, ambicionando novas explorações.

## 6.8 ANTECIPAÇÃO ESPACIAL

Definida pela localização antecipada de uma atividade, essa pratica requer um limiar temporal na configuração. A mesma avalia um potencial existente em determinado lugar para uma futura instalação antes mesmo que este ofereça condições favoráveis para implantação de determinado segmento. Trata-se de antecipação uma oferta significativa de matérias-primas ou um mercado que pode iniciar sua utilização somente a longo prazo, ou seja, uma reserva de território para um futuro controle de determinada organização, uma possibilidade de ampliação da atuação da mesma. É comum também na atividade mineradora as empresas garantirem junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) os direitos à pesquisa e a lavra de determinadas áreas e só depois de um longo período iniciarem a extração dos bens minerais, esse processo pode ser devido à acessibilidade do lugar, valorização do produto e diversos outros fatores de viabilização para a produção do mesmo e utilização dessa reserva. Assim como em outras mineradoras a Taboca também estabeleceu a prática de antecipação espacial, uma vez que a mesma inicia suas pesquisas na região amazônica em 1969, garante a concessão de lavra da jazida de Pitinga em 1979, no entanto só inicia sua implantação no local em 1982, após a viabilização da extração da Cassiterita.

## 6.9 MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL

A valorização de determinado lugar pode sofrer variações com o passar do tempo, fatores políticos, culturais e principalmente e econômicos podem relativizar sua função e importância, podem levar o mesmo a marginalização, levando-o para fora da rede a qual este lugar pertencia. No campo das corporações esse processo é bastante comum, uma vez que a dinâmica das mesmas consistem em frequentes aberturas e fechamento de suas unidades, tratando-se de mineração essa prática torna-se ainda mais trivial, pois o esgotamento de algumas jazidas e a descoberta de outras são processos que contribuem para a inviabilização de lugares seja por fatores econômicos ou físicos. A crise do Estanho já citado aqui, passa por sua atual crise por conta da super oferta que vem ocorrendo no mercado global, a gênese dessa é devida a abertura de novas minas na Ásia, com isto a Mineração Taboca que já esteve entre as maiores produtoras do mundo teve sua importância relativizada em razão dessas novas minas que são apresentadas-se mais viáveis economicamente na extração da Cassiterita, outro fator significativo para esse processo consiste na exaustão na mina de Pitinga que está mais profunda, encarecendo ainda mais a lavra para seus produtores. Existem já na mineradora projetos para o fechamento da atual mina e abertura de outra, ainda na região do Pitinga o que configuraria a prática de marginalização desta ainda em atividade.



Figura 04: Área de extração de estanho na Mina de Pitinga  
Fonte: Internet;

## 6.10 REPRODUÇÃO DA REGIÃO PRODUTORA

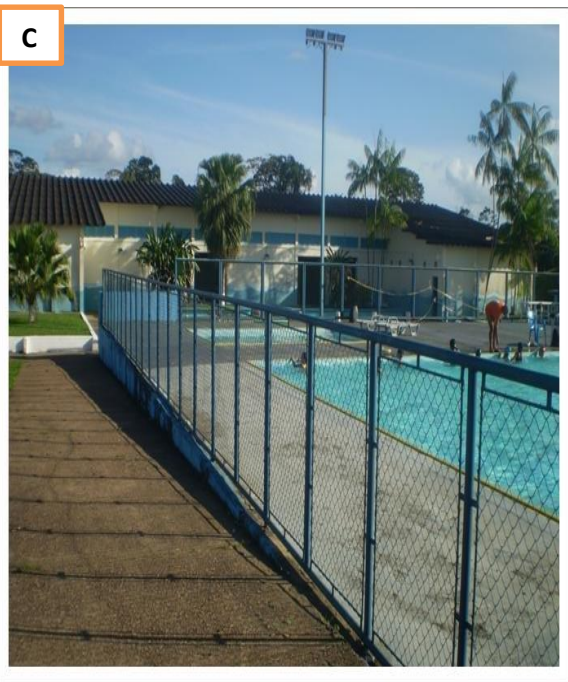
No processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção CORREA (2006). Este por sua vez, consiste em práticas vias de regra efetivadas pelo gestor, podendo ser o estado ou pelas grandes e complexas corporações. A Mineração Taboca configura um exemplo pertinente quanto a essa prática, pois a mesma desenvolveu em plena Região Amazônica, um complexo urbano-industrial, de habitação, educação, saúde, energia e telecomunicações, fazendo de Pitinga um dos mais importantes projetos industriais do país. Sistemas urbanos como este são desenvolvidos, pensados e montados para servir aos atores hegemônicos da sociedade. Na mineradora, essa intenção se faz clara quando observamos os agentes, que passaram a controlar essa parcela da Amazônia, após o processo de privatização dessa área e da riqueza por ela gerada.

Os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os mesmos obedeciam-nos na lógica do lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha SANTOS ( ), o homem enfrenta a Amazônia com suas distâncias e desconfortos, em busca do bem mineral, onde quer que o mesmo esteja. Essa intencionalidade é mercantil, mas também, frequentemente simbólica. Predominantemente de uma exploração mineral, e que tende a reafirmar o papel de uma região como a Amazônia na atual Divisão Territorial do Trabalho em nível global.



Figura 05: A: núcleo habitacional B: hospital de Pitinga C: clube da Vila de Pitinga D: Igreja de Pitinga  
Fonte: Internet;





## 7. CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa, tomando como referência principal o conceito de gestão do território, deixa evidente algumas considerações que queremos apontar nesta conclusão. A primeira diz respeito a discussão do próprio conceito, pois ficou claro que enquanto alguns autores indicam seu uso como ferramenta para explicar a atuação do Estado na definição de políticas territoriais, sendo a gestão um fator político e técnico, outros enfatizarão que qualquer instituição, corporação, agentes sociais, públicos e privados, podem se utilizar deste instrumento para explicar a atuação dos mesmos num determinado território, os consensos e os conflitos em torno das disputas territoriais.

A segunda consideração está diretamente vinculada ao levantamento empírico realizado sobre uma empresa de mineração que atua no estado do Amazonas, explorando um tipo de minério fundamental para as atividades industriais. Assim, mostramos as redes externas constituídas por esta empresa, em que articulam local de gestão, beneficiamento, distribuição e consumo, procedimentos que exigem um perfeito entrosamento entre os lugares e as particularidades que eles apresentam para dar continuidade ao processo produtivo. Para isso foi necessário apresentar a noção de rede, mais precisamente rede geográfica e suas dimensões. Também, internamente à área de exploração, no município de Presidente Figueiredo, mostramos que a empresa organiza todo o espaço destinado à retirada do minério, desde a implantação de núcleos habitacionais diferenciados conforme a hierarquia empresarial, seguindo o modelo já tradicional de exploração mineral na Amazônia de Company Town, além da manutenção de outros objetos necessários à atividade, como escola, igreja, processamento da terra, revitalização das áreas que não são mais exploradas, tanques de decantação, etc.

Enfim, mostramos como a gestão do território realizada por uma empresa privada, cujo fim último é a acumulação de capital, consegue promover os vínculos locais de seu interesse, mantendo os fluxos de modo ininterruptos, pois é exatamente através deles que o processo de reprodução se dá.

## 8. REFERENCIAS

BECKER, Berta (org.). **Fronteira Amazônica- Questões sobre a gestão do território.** Brasília/ Rio de Janeiro, EDUNB/EDUFRJ, 1990.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**, 1º ed. Manaus; Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CARDOSO, Adauto e RIBEIRO, Ana(org.). **Planejamento e Território.** Rio de Janeiro, DP&A/IPPUR, 2002.

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) **Geografia: conceitos e temas**, 12º ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná E. (org.). **BRASIL- Questões atuais da reorganização do Território.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.

CORREA, Roberto L. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestao do Territorio.** Anu. Inst. Geocienc. v.15 Rio de Janeiro 1992.

CORREA, Roberto L., **Trajatórias Geografias.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

LAVINAS, Lena (org.) **Reestruturação do Espaço urbano e Regional no Brasil.** São Paulo, Ed. Hucitec/Anpur, 1993.

MORAES, Antonio C.- **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo, Ed. Hucitec, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972;

SOUZA, Marcelo L.- **Mudar a cidade.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2002.



## 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
		2012					2014						
	Levantamento bibliográfico e leituras	x	x	x		x			x	x	x		
	Campo a empresa			x	x					x		x	
	Elaboração do relatório parcial				x								
	Campo as jazidas						x	x					
	- Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória) - Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)												x

